

PARCERIAS PÚBLICO-COMUNITÁRIAS (PPC): CRIAÇÃO DE HORTAS VERTICAIS COMUNITÁRIAS NO JARDIM KERALUX EM SÃO PAULO (SP)

RESUMO

O presente projeto foi desenvolvido na Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias (SEDP), vinculada à Secretaria de Governo Municipal (SGM) da Prefeitura de São Paulo, em parceria com o Instituto União Keralux (INKER) e visa implementar hortas verticais comunitárias no Jardim Keralux, uma comunidade periférica do extremo leste da Cidade. Esta iniciativa busca, por meio da criação de uma Parceria Público-Comunitária (PPC), mitigar os problemas ambientais e socioeconômicos que impactam a região, como a contaminação do solo e a ausência de condições de infraestrutura urbana, promovendo segurança alimentar e o desenvolvimento social sustentável. A PPC é um modelo de cooperação que envolve a colaboração entre o setor público e a comunidade local, fortalecendo a governança participativa e a corresponsabilidade na gestão de projetos comunitários. Para tanto, o desenvolvimento do projeto envolveu a realização de pesquisas bibliográficas, entrevistas semiestruturadas com membros do INKER, avaliações técnicas e estudos prévios de viabilidade. Espera-se, como resultados: a diminuição da poluição na região, a melhoria da qualidade do ar, o fortalecimento da segurança alimentar, a promoção da inclusão social, a educação popular e a capacitação dos moradores locais. A proposta está alinhada às metas da Agenda 2030 da Prefeitura, especialmente no que tange à promoção da agricultura sustentável e à proteção ambiental, com ampla participação da sociedade civil e consolida-se a partir da estruturação de Termo de Parceria, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e execução das atividades de interesse público, nos termos da Lei Federal nº 9.790/1999 (Lei de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público).

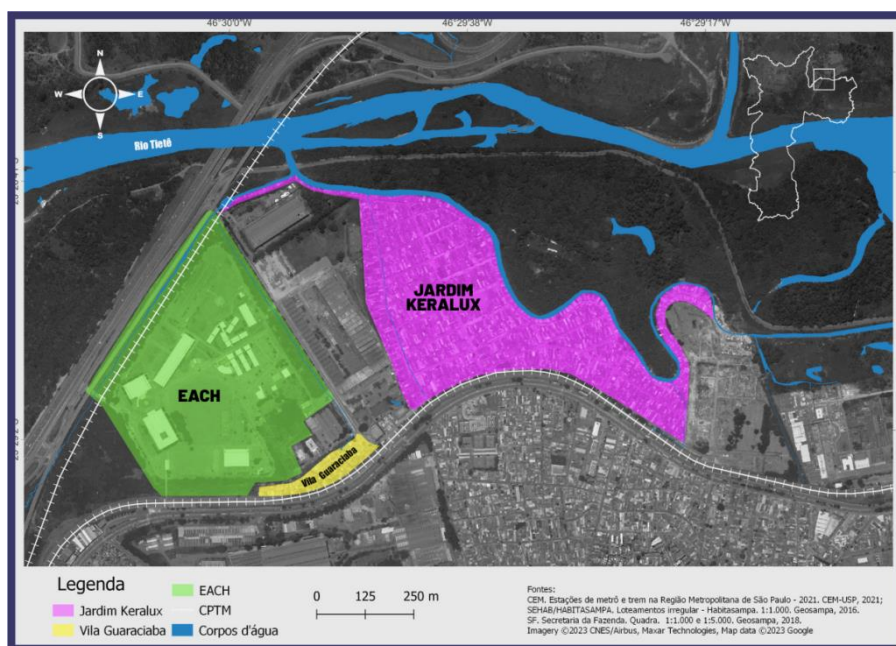
INTRODUÇÃO

A Parceria Público-Comunitária (PPC) consiste no arranjo estabelecido entre o Poder Público e as iniciativas comunitárias em suas diversas formas de organização para a cooperação na gestão e/ou prestação de serviços. Esse arranjo possibilita o fomento à geração de renda local e fortalece as redes de cooperação para apoio e envolvimento dos atores locais. Destaca-se que se trata de um conceito em construção, fundamentado no respeito às comunidades locais nos processos de tomada de decisão sobre assuntos que impactam diretamente suas vidas.

A proposta deste projeto envolve a elaboração de um Termo de Parceria entre a Prefeitura e a comunidade do Jardim Keralux, situado na periferia da cidade, para o desenvolvimento de hortas verticais comunitárias. Esta iniciativa visa fortalecer a economia local e promover a segurança alimentar e nutricional, alinhada as metas da Agenda 2030 do Município, notadamente a Meta 2.a, que visa a promoção da agricultura sustentável; a Meta 12.2, que busca proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente com a participação da sociedade civil, e a Meta 17.17, que democratiza o acesso aos serviços públicos. Dessa forma, espera-se contribuir para a sustentabilidade ambiental e fortalecer a resiliência das comunidades locais frente aos desafios das mudanças climáticas.

O Jardim Keralux, situado no distrito de Ermelino Matarazzo, é uma comunidade que enfrenta desafios significativos em termos ambientais e socioeconômicos. A área do loteamento, localizada na Rua Arlindo Betio, altura do nº 7300, na Avenida Assis Ribeiro (RAMIRES, 2009), abriga atualmente cerca de 3,6 mil famílias e foi inicialmente adquirida pelo Banco do Brasil após a operação de empréstimo e subsequente falência da empresa Keralux S/A Revestimento Cerâmicos, que detinha aproximadamente 90% da terra. Após longas negociações, um acordo foi alcançado em 2017 entre o Banco do Brasil e a Prefeitura de São Paulo, encerrando o processo judicial e possibilitando a regularização fundiária do terreno.¹

Figura 1 - Localização do Jardim Keralux (escala geográfica distorcida).



¹ Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/w/noticia/prefeitura-de-sao-paulo-inicia-obras-de-pavimentacao-em-vias-do-jardim-keralux-na-zona-leste-da-capital>

O loteamento tem problemas como ausência de canalização de córregos, alta incidência de enchentes e arborização precária. Este contexto marcado por graves problemas de contaminação ambiental e infraestrutura deficiente afeta diretamente a qualidade de vida dos seus moradores.

Dessa forma, propõe-se a criação de uma PPC entre a Prefeitura e o a comunidade, por meio do INKER, com o intuito de estabelecer hortas comunitárias verticais como uma solução para esses problemas. O projeto teve origem em uma pesquisa acadêmica conduzida pelo estagiário, que investigou o conceito de parcerias público-comunitárias em uma disciplina universitária. Essa pesquisa serviu como pontapé inicial, sendo posteriormente enriquecida e aprimorada através da experiência prática adquirida a partir das atividades desenvolvidas na Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias. A viabilidade do projeto foi confirmada mediante entrevistas semiestruturadas com membros do INKER, bem como avaliações técnicas e estudos realizados no âmbito da Secretaria, garantindo sua aplicabilidade ao município.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é detalhar a proposta de criação de uma Parceria Público-Comunitária (PPC) entre a PMSP e o INKER para implementar hortas comunitárias verticais no Jardim Keralux. A iniciativa visa garantir a segurança alimentar, melhorar a qualidade de vida, reduzir os riscos de exposição ao solo contaminado, oferecer benefícios ecológicos e fortalecer as relações comunitárias, com potenciais ganhos econômicos. O trabalho também busca contextualizar o histórico da área e seus problemas ambientais e socioeconômicos, além de apresentar o conceito de PPC e sua relação com as metas da Agenda 2030 para São Paulo.

DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA

O Jardim Keralux foi estabelecido na década de 90 e desde então enfrentou vários desafios relacionados à contaminação ambiental e à infraestrutura precária. Em 1998, a SABESP detectou a presença de BHC (hexaclorobenzeno) no solo da área (RAMIRES, 2009), contaminando o lençol freático e gerando preocupações significativas entre os moradores. Destaca-se que o uso do BHC está proibido no Brasil desde 1985,² pois sua

² Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/brasil-rural/2018/05/pesticida-criado-no-inicio-do-seculo-19-banido-do-brasil-ha-mais-de-30-anos>

composição pode causar danos irreversíveis ao sistema nervoso central. Adicionalmente, esse problema foi agravado pela proximidade da comunidade com o rio Tietê e com áreas industrializadas na região de Ermelino Matarazzo e Guarulhos, o que aumentou a poluição e afetou a qualidade do ambiente. Além da contaminação do solo, o Jardim Keralux também sofre com passivos ambientais deixados por empresas que atuaram na zona leste de São Paulo. De acordo com o Mapa de Conflitos da Fiocruz³, a região foi marcada por práticas empresariais que resultaram em graves impactos ambientais, incluindo a contaminação do solo e da água. Esses passivos contribuem para a precariedade ambiental e limitam as possibilidades de desenvolvimento sustentável na área.

Tentativas de Implementação do Projeto de Hortas Verticais

Durante a pandemia de COVID-19, surgiu a ideia de implementar hortas verticais comunitárias no Jardim Keralux como uma forma de melhorar a segurança alimentar e promover a sustentabilidade ambiental. Houve um projeto piloto com a participação de alunos do MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), em parceria com os moradores. No entanto, segundo os moradores, o projeto enfrentou uma série de dificuldades que impediram sua continuidade, tais como:

- **Falta de recursos:** A ausência de financiamento adequado para a aquisição de materiais e equipamentos essenciais para a construção e manutenção das hortas foi um dos principais obstáculos. Sem recursos suficientes, tornou-se inviável manter a iniciativa a longo prazo.
- **Preparação e capacitação:** Houve uma deficiência significativa na preparação e capacitação dos moradores para gerir as hortas verticais. A falta de treinamento adequado em técnicas de cultivo, compostagem e manejo sustentável das hortas resultou em uma baixa produtividade e o abandono gradual do projeto.
- **Educação ambiental:** A falta de educação ambiental na comunidade contribuiu para a resistência e o desinteresse por parte dos moradores. A conscientização sobre os benefícios das hortas verticais e a importância da sustentabilidade não foi suficientemente disseminada, dificultando o engajamento comunitário.

Regularização fundiária e infraestrutura

O processo de regularização fundiária do Jardim Keralux foi iniciado em 2012, com o objetivo de transformar a área em um bairro formalmente reconhecido. Este processo,

³ Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/sp-duas-empresas-deixam-grave-passivo-ambiental-na-regiao-leste-da-cidade-de-sao-paulo/>

conduzido em parceria com a CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), envolveu a legalização de terrenos e a melhoria da infraestrutura básica, incluindo a pavimentação das ruas, que por vez, iniciaram somente no ano de 2020.⁴ A regularização enfrentou diversos desafios, como a necessidade de drenagem adequada e a canalização de córregos. Além disso, a região apresentava problemas urbanísticos e ambientais, como a ausência de regularização ambiental e a falta de serviços públicos essenciais (DIAS; RODRIGUES; SATO, 2023).

Desafios Contínuos

Mesmo com o início do processo de regularização fundiária e algumas melhorias na infraestrutura, a comunidade de Keralux ainda enfrenta constantes desafios:

- **Infraestrutura deficiente:** As recentes obras de pavimentação das ruas foram um passo importante, mas a comunidade ainda carece de serviços básicos como coleta regular de lixo, iluminação pública adequada e acesso à serviços de saúde e educação de qualidade.
- **Volatilidade populacional:** A alta volatilidade de moradores, impulsionada por preocupações com a infraestrutura e a qualidade ambiental, continua a ser um problema. Muitos dos moradores iniciais deixaram a área, sendo substituídos por novos residentes que, muitas vezes, desconhecem os problemas ambientais locais.
- **Desemprego e baixa renda:** A falta de oportunidades de emprego e os baixos níveis de renda mantêm a comunidade em uma situação de vulnerabilidade socioeconômica. A dependência de trabalhos informais e a falta de qualificação profissional agravam a situação, dificultando o desenvolvimento econômico da região.

CONCEITOS E MELHORES PRÁTICAS DE REFERÊNCIA

Caso do Parque Estadual Ilha do Cardoso

A primeira experiência de uma Parceria Público-Comunitária (PPC) no Estado de São Paulo ocorreu no Parque Estadual Ilha do Cardoso no município de Cananeia. Esta parceria foi formalizada por meio do Convênio Fundação Florestal nº FF/DE 7-11-001/2023, que envolveu a Fundação Florestal e a Associação de Moradores da Itacuruçá e Pereirinha (AMOIP).⁵ Este acordo foi pioneiro ao permitir a colaboração entre o Poder Público e a

⁴ Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=300850>

⁵ Disponível em: <https://fflorestal.sp.gov.br/2023/01/governo-de-sao-paulo-assina-convenio-inedito-para-operacao-de-turismo-ecologico-por-comunidades-tradicionais-no-vale-do-ribeira/>

comunidade local na gestão e conservação do parque, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da região, de forma compatível com a conservação da biodiversidade e respeito aos direitos das comunidades tradicionais.

O Plano de Trabalho estabelecido neste convênio contemplou a criação de atividades econômicas sustentáveis, como o ecoturismo, além da implementação de práticas de conservação ambiental e educação ambiental. A parceria permitiu que os moradores locais, que possuem conhecimento íntimo do território, participassem ativamente da gestão do parque, assegurando que as decisões tomadas respeitassem as necessidades e tradições da comunidade.

Pertinência/Relevância das Parcerias Público-Comunitárias

O conceito de Parceria Público-Comunitária (PPC) ainda não possui uma definição plenamente consolidada, mas pode ser compreendido como um arranjo colaborativo entre o Poder Público e as iniciativas comunitárias locais (BOTELHO; RAIMUNDO, 2023). Tais parcerias visam a cooperação na gestão e prestação de serviços em áreas de uso público, através de uma gestão participativa e do desenvolvimento econômico local de forma inclusiva e sustentável, e difere-se das Parcerias Público-Privadas (PPPs), caracterizadas pelo envolvimento em projetos de grande escala, com investimentos vultosos.

A implementação de PPCs oferece uma oportunidade estratégica para ampliar a gama de parcerias que o setor público pode utilizar. Elas se apresentam como um complemento valioso aos modelos existentes, ao invés de uma alternativa conflitante. Por meio da elaboração de convênios, acordos de cooperação e termos de parceria, essas iniciativas são capazes de atender às necessidades específicas das comunidades locais, com vistas ao desenvolvimento regional sustentável e equitativo.

A adoção de Parcerias Público-Comunitárias é particularmente relevante para São Paulo, pois representa uma janela de oportunidade para inovar e liderar a implementação dessa estratégia em nível municipal. Segundo Kingdon (2003), momentos críticos podem ser aproveitados para implementar mudanças significativas nas políticas públicas. Nesse sentido, a aplicação deste modelo permitiria a São Paulo não apenas fortalecer as capacidades locais, mas também se posicionar como um município pioneiro, servindo de referência para outros governos.

Essas parcerias contribuem para um ambiente equilibrado e alinham-se à Meta 17.17 da Agenda 2030 do Município, ao promover parcerias eficazes entre os setores público, privado e comunitário. Nesse sentido, a integração das PPCs nas políticas públicas amplia as

possibilidades de gestão e promove o desenvolvimento participativo, focado nas necessidades e realidades das comunidades locais.

DESENVOLVIMENTO

Ao observar o potencial dessas parcerias para beneficiar a cidade de São Paulo, decidiu-se investigar como esse modelo poderia ser implementado localmente. Para isso, realizou-se, inicialmente, a pesquisa bibliográfica sobre o tema e, a partir das informações obtidas, a condução de entrevistas semiestruturadas com os membros da Associação de Moradores, que compõe o INKER.

As entrevistas realizadas com os membros da Associação revelaram o histórico de dificuldades enfrentadas pela comunidade do Jardim Keralux, especialmente em suas tentativas de estabelecer hortas comunitárias verticais. Essas iniciativas, apesar de bem-intencionadas, não obtiveram sucesso significativo por diversos obstáculos.

Para aprofundar o estudo, foram realizadas reuniões entre o estagiário e seu supervisor, para revisão de conteúdo e análise dos objetos de estudo. A partir dessas discussões e da revisão bibliográfica, foi possível transitar do problema identificado para a proposta de uma PPC: a criação de hortas verticais comunitárias, uma solução que contorna os problemas de contaminação do solo e visa promover a segurança alimentar, a participação comunitária e o desenvolvimento sustentável da região.

PROPOSTA

Esta proposta visa a criação de uma Parceria Público-Comunitária (PPC) entre a Prefeitura, representada pela Subprefeitura de Ermelino Matarazzo e o INKER (Instituto União Keralux) para a implementação de hortas verticais comunitárias no Jardim Keralux.

Hortas verticais são sistemas de cultivo que utilizam estruturas verticais separadas do solo para plantar vegetais, ervas e outros tipos de plantas. Essas estruturas podem ser instaladas em paredes, cercas ou suportes independentes, aproveitando o espaço vertical e permitindo a produção agrícola em áreas urbanas com espaço limitado. As hortas verticais são projetadas para otimizar o uso de recursos como água e luz solar, frequentemente incorporando sistemas de irrigação eficientes e substratos especiais que facilitam o crescimento das plantas em ambientes urbanos (CUNHA; SILVA, 2023).

O sistema de plantação vertical baseada em hidroponia, que consiste na técnica de cultivo sem solo, na medida em que a água dispõe dos nutrientes necessários para o desenvolvimento das plantas, permite cultivar em apenas 20 m² até 960 pés de hortaliças

simultaneamente, representando uma produtividade cinco vezes maior que a técnica de cultivo tradicional. Tal modelo permite a redução da poluição, do custo e desperdício causados pelo transporte, além de dispensar o uso de agrotóxicos e agregar ao prato um valor nutricional elevado, contribuindo para um maior bem-estar da população.

Destaca-se que a agricultura vertical tem ganhado espaço nos centros urbanos, como é o caso do Projeto “Mãos à Horta”, na comunidade de Parelheiros, distrito no extremo Sul da capital, a 55 km do centro de São Paulo que tem o objetivo de incentivar a produção e o comércio de hortaliças e plantas aromáticas na Cidade. Por meio da capacitação de agentes multiplicadores, a iniciativa busca integrar a comunidade ao meio ambiente, valorizar o espírito comunitário e possibilitar aumento da renda e melhoria da alimentação local.

Esta iniciativa está alinhada com a Meta 2.a da Agenda 2030 da Prefeitura de São Paulo, promovendo a agricultura sustentável e a Meta 12.2, que visa proteger e melhorar a qualidade ambiental com a participação da sociedade civil.

Estrutura da Parceria

Propõe-se a formalização da Parceria Público-Comunitária através da celebração de um Termo de Parceria e um Plano de Trabalho, estabelecidos entre a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente e o INKER, com base na Lei Federal nº 9.790/99.

Componentes do Termo de Parceria

- **Objeto:** estabelecer hortas verticais comunitárias no Jardim Keralux.
- **Partes envolvidas:** Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA) e o Instituto Jardim Keralux (INKER), definido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e a Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias (SEDP) como interveniente-anuente.
- **Vigência:** período de 18 meses para permitir a avaliação de resultados concretos, admitida a possibilidade de renovação.
- **Recursos Financeiros:** Orçamento detalhado incluindo recursos financeiros e materiais, com previsão de novas fontes de financiamento adicionais (doações e parcerias com empresas privadas, integração com outros programas/projetos e iniciativas públicas, como a Sampa + Rural, possibilidade de obtenção de recursos através de TAC com indústrias da região, como forma de compensar o impacto e a poluição ambiental etc.).

- **Gestão e Coordenação:** Estrutura de governança compartilhada entre as partes, com a criação de um comitê gestor composto por representantes da SEDP, SVMMA, do INKER e da comunidade local.

Componentes do Plano de Trabalho

1. **Diagnóstico inicial:** avaliação das condições do local a ser escolhido, uso de água e infraestrutura necessária; mapeamento das áreas mais adequadas para o estabelecimento das hortas verticais; levantamento das necessidades de capacitação e recursos.
2. **Capacitação e treinamento:** programas de capacitação em técnicas de cultivo vertical, compostagem e manejo sustentável; workshops e cursos oferecidos em parceria com instituições de ensino e organizações especializadas.
3. **Implantação das hortas verticais:** aquisição e instalação de estruturas para hortas verticais e distribuição de insumos necessários para o início da produção.
4. **Gestão e manutenção:** criação de equipes de gestão comunitária para a manutenção das hortas.
5. **Educação ambiental e mobilização comunitária:** campanhas de conscientização (ex.: inclusão de placas com avisos de perigo sobre o consumo de plantas, vegetais e animais que tenham alguma relação com o solo) e educação ambiental, envolvendo escolas locais e organizações externas em atividades pedagógicas relacionadas ao projeto.
6. **Parâmetros para aferição do cumprimento das metas:** implementação de indicadores de desempenho claros, objetivos e mensuráveis, tais como quantidade de alimentos produzidos, número de participantes, melhorias na qualidade ambiental e engajamento comunitário. Deverão ser elaborados relatórios trimestrais e um anual para monitorar o cumprimento das metas estabelecidas, avaliar o progresso e permitir ajustes no plano de trabalho, conforme necessário.
7. **Previsão de receitas e despesas:** elaboração de um orçamento detalhado contemplando todas as despesas previstas, incluindo aquisição de materiais, custos com capacitação, manutenção das hortas e outras atividades relacionadas; identificação de possíveis fontes de receita, como parcerias com empresas, doações e

financiamento público ou privado; estabelecimento de um sistema de controle financeiro para assegurar a correta aplicação dos recursos e a prestação de contas.

8. **Criação de cronograma:** desenvolvimento de um cronograma detalhado que abarque todas as etapas do projeto, desde o diagnóstico inicial até a avaliação final; definição de prazos específicos para cada atividade, com revisão periódica do cronograma para avaliar fatos supervenientes e assegurar que as metas sejam alcançadas dentro do prazo estipulado.

Dentro das atribuições de cada parte, caberá a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA) atuar como Poder Concedente, fornecendo apoio institucional, técnico e financeiro ao projeto, bem como facilitar a integração com outras iniciativas municipais, enquanto ao INKER, a responsabilidade pela execução das atividades, mobilização comunitária, gestão e implementação das hortas verticais. Por fim, caberá a Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias (SEDP), no âmbito de sua competência, conduzir a estruturação do projeto, utilizando sua expertise em parcerias para garantir a viabilidade e a eficácia da iniciativa.

RESULTADOS ESPERADOS

A proposta desta Parceria Público-Comunitária (PPC) tem como objetivo desenvolver um modelo replicável de agricultura urbana sustentável, visando aprimorar a qualidade ambiental e fomentar a participação ativa da sociedade civil no processo de desenvolvimento sustentável do município, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Agenda 2030 da Prefeitura de São Paulo. Esta parceria serve como um novo modelo de política pública que pode ser adotado em outras áreas da cidade, alinhado com o planejamento municipal ao promover a sustentabilidade, inovação administrativa e a inclusão social.

A introdução de hortas verticais comunitárias tem como objetivo mitigar os impactos resultantes da contaminação do solo na comunidade do Jardim Keralux. Além de proporcionar uma melhoria estética ao ambiente, essas hortas desempenham um papel valioso na redução da poluição atmosférica e na melhoria da qualidade do ar, contribuindo para a criação de um microclima mais saudável para os habitantes da região.

Um dos principais resultados esperados é a ampliação da segurança alimentar na comunidade. As hortas verticais oferecerão uma fonte constante de alimentos frescos e saudáveis, reduzindo a dependência de alimentos industrializados e promovendo uma dieta mais nutritiva para os residentes. A implementação de iniciativas de agricultura urbana é

fundamental para garantir o acesso a esses alimentos, especialmente em áreas com acesso limitado a mercados e supermercados.

O projeto de hortas verticais também promoverá a inclusão social ao envolver ativamente os moradores na gestão e manutenção das hortas. A capacitação e o treinamento oferecidos através do Poder Concedente visam fortalecer as habilidades e competências dos participantes, promovendo o empoderamento comunitário e incentivando a autossuficiência. A educação popular e a mobilização comunitária também são consideradas ferramentas fundamentais para a transformação social.

Para assegurar o êxito e a sustentabilidade do projeto, serão implementados indicadores de desempenho claros e mensuráveis, permitindo o monitoramento contínuo do progresso de cada etapa do projeto. Para tanto, deverão ser elaborados relatórios trimestrais e anuais para avaliar o cumprimento das metas estabelecidas, com possibilidade de ajustes e melhorias no plano de trabalho, conforme a necessidade. A avaliação constante e o monitoramento eficaz são indispensáveis para garantir o sucesso e a sustentabilidade dos projetos comunitários.

Em síntese, a proposta de Parceria Público-Comunitária (PPC) para a criação de hortas verticais no Jardim Keralux configura-se como uma iniciativa inovadora e transformadora, com potencial para gerar impactos positivos duradouros na comunidade. Ao abordar de maneira integrada questões ambientais, sociais e econômicas, este projeto contribui para a construção de uma cidade mais sustentável, inclusiva e humana.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, E. S.; RAIMUNDO, S. Aporte teórico-conceitual para a noção das parcerias público-comunitárias para o lazer e o turismo em áreas protegidas. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v. 16, n.3, jun. 2023, p. 25-46. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/15171/10758> Acesso em: 05 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, p. 8, 24 mar. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm. Acesso em: 05 de ago.

CUNHA, Bruno; SILVA, Carlos. Proposta de sistema urbano de hortas verticais e transição orgânica. *Revista de Estudos Ambientais e Sustentabilidade*, v. 11, n. 2, p. 25-37, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/9949/3899>. Acesso em: 05 ago. 2024.

DIAS, S. L. F. G.; RODRIGUES, L. S.; SATO, D. P. Caminhos para diálogos cartografados dos riscos socioambientais: um estudo do Jardim Keralux e da Vila Guaraciaba. São Paulo: Edições EACH, 2023. Disponível em: <https://educacao.cemaden.gov.br/midiateca/caminhos-para-dialogos-cartografados-dos-riscos-socioambientais-um-estudo-do-jardim-keralux-e-da-vila-guaraciaba/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

GOVERNO de São Paulo assina convênio inédito para operação de turismo ecológico por comunidades tradicionais no Vale do Ribeira. Fundação Florestal, 2023. Disponível em: <https://fflorestal.sp.gov.br/2023/01/governo-de-sao-paulo-assina-convenio-inedito-para-operacao-de-turismo-ecologico-por-comunidades-tradicionais-no-vale-do-ribeira/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

KINGDON, John W. Agendas, Alternatives, and Public Policies. 2nd ed. New York: Longman, 2003.

MAPA de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. SP - Duas empresas deixam grave passivo ambiental na região leste da cidade de São Paulo. Fiocruz, 2015. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/sp-duas-empresas-deixam-grave-passivo-ambiental-na-regiao-leste-da-cidade-de-sao-paulo/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

PREFEITURA de São Paulo inicia obras de pavimentação em vias do Jardim Keralux na zona leste da capital. Capital SP, 2023. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/w/noticia/prefeitura-de-sao-paulo-inicia-obras-de-pavimentacao-em-vias-do-jardim-keralux-na-zona-leste-da-capital>. Acesso em: 05 ago. 2024.

RAMIRES, Jane Zilda Santos. Análise das práticas ambientais em áreas urbanas periféricas: o caso do Jardim Keralux. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10022009-130818/publico/DISSERTACAO_JANE_ZILDA_SANTOS_RAMIRES.pdf. Acesso em: 05 ago. 2024.